PELA ORDEM

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

PROJETO AMPLIA LOCAIS PARA RETIRAR REMÉDIO

Os vereadores de Jundiaí vão debater, na sessão desta noite, projeto de lei de autoria de Arnaldo da Farmácia (PDT), em que ele propõe que farmácias e drogarias sejam autorizadas a atuar, também, como locais de retirada dos medicamentos que integram a 'cesta' da Farmácia Popular. Além da ampliação do número de locais, também as próprias UBSs teriam um público menor - apenas com quem tem consulta ou procedimento médico.

MONITORAMENTO COM GRAVAÇÃO

Leandro Palmarini (PV) está propondo que os sistemas de videomonitoramento já existentes nas agências bancárias (e também nos caixas eletrônicos do município) deverão passar a gravar os locais respectivamente vigiados. Um projeto nesse sentido será debatido hoje, exigindo captação de imagens da fachada e dos locais de entrada e saída dos bancos.

CONSELHEIROS TERÃO MANDATO PRORROGADO

Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Jundiaí deverão ter os seus mandatos prorrogados até 28 de novembro próximo, se a Câmara aprovar o projeto de lei de autoria do Executivo (número 12.663). O mandato dos conselheiros se encerrou em 31 de julho, e a Prefeitura alega que é necessária a prorrogação para que seja feita a publicação necessária do processo que vai desencadear nas eleições dos novos membros.

Doulas questionam objetivo de projeto que vai hoje para pauta

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

O projeto de lei 12.645/18, de autoria do vereador Douglas Medeiros (PP) está causando polêmica mesmo antes de ser discutido pela Câmara Municipal. O projeto propõe uma alteração na Lei 8.490/2015 (que permite acesso das doulas aos hospitais onde se realizam partos e serviços pré e pós-partos), "facultando a estes locais a edição de regulamento interno de procedimentos inerentes à atuação dessas profissionais."

O assunto mereceu comentários contrários tanto de algumas doulas quanto de mulheres que deram à luz com a assistência dessas profissionais. Um *post* publicado na página do Facebook do grupo 'Doulas Jundiaí' com o título "Jundiaí em retrocesso" questionava os objetivos do projeto. O grupo tem 50 doulas.

No *post*, o grupo informa que "todos os hospitais de Jundiaí têm suas formas de cadastro e, no geral, permitem o trabalho de forma autônoma."

O autor do projeto explicou que conversou tanto com o autor do projeto original (Paulo Malerba, do PT) quanto com grupos de doulas. Douglas Medeiros diz que a intenção é meramente regulamentar o acesso das doulas aos hospitais. Ele nega que o objetivo seja, como chegou a circular em algumas conversas, acabar com o trabalho das doulas, que ele reconhece como fundamental para as pacientes jundiaienses.

ARQUIVO JJ

Para Malerba, "talvez falte uma fiscalização adequada"

RUI CARLOS

Douglas se reunirá hoje à tarde com grupo de doulas

Medeiros acredita que tenha havido apenas um mal-entendido, por conta da expressão "facultar". "Não se trata de revogar a lei, Quero apenas regulamentar o acesso a cada um dos hospitais - regramento que será feito em discussões com as próprias doulas", prossegue o parlamentar.

Paulo Malerba confirma que conversou com Douglas Medeiros e lembra como foi o processo de tramitação da Lei 8.490/15, de autoria dele. "Foi um projeto construído com diálogo com as doulas. Acredito que, agora, viram a proposta de mudança e se assustaram", comenta Malerba.

"Segundo algumas doulas me disseram, a lei está funcionando bem na cidade. Talvez o que falta seja uma fiscalização mais adequada para que o trabalho possa ser feito sem qualquer problema", prossegue Malerba.

Luísa Milani, integrante do coletivo de doulas de Jundiaí, disse que assim que o grupo viu que havia uma proposta de alteração, houve diversas conversas para tentar entender o que estava sendo sugerido. "A princípio, o coletivo de doulas entende que tornar facultativo o regulamento de cada instituição é algo que pode abrir brechas para que os hospitais dificultem o trabalho de alguma forma", opina.

Para esclarecer todas as dúvidas, as doulas terão uma reunião hoje, antes da sessão ordinária, com o vereador Douglas Medeiros. O próprio parlamentar comenta que se o grupo de profissionais entender que a proposta não é boa, o projeto pode até mesmo ser retirado da pauta da sessão.